

JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

*Carolina Coimbra de Carvalho**, *Francisca das Chagas da Silva Lima***

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre juventudes, educação, trabalho e desafios da escolarização na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Parte-se do pressuposto de que a educação não tem preparado suficientemente os jovens para o mercado de trabalho e para a vida, de modo que os educandos compreendam sua realidade econômica, política e social. Objetiva-se entender como ocorre o contato entre juventude, escolarização e trabalho na realidade brasileira – tendo em vista os principais aspectos demográficos e escolares da população jovem no país – e identificar o modo de objetivação das políticas educacionais que se dirigem à Educação de Jovens e Adultos e os efeitos no atendimento das demandas sociais e na garantia do direito de acesso à escolarização desse segmento populacional. Atualmente, os problemas enfrentados pelos jovens têm estreita relação com as dinâmicas do capitalismo, as quais perpassam o individualismo, a competição desigual e também as exigências dos processos produtivos. Busca-se ainda identificar as contradições existentes na relação juventude, educação e trabalho, tendo em vista o advento do neoliberalismo, que alterou a dinâmica de trabalho e as relações sociais de produção, bem como inseriu a educação, nesse contexto, como aliada das relações de dominação. Para fundamentação, utilizam-se, no estudo bibliográfico, autores que abordam a temática, tais como Abramovay, Andrade e Esteves (2007), Arroyo (2007), Carrano (2007) e Pais (1990). Conclui-se que a EJA deve se estruturar a partir das necessidades dos alunos que nela se inserem e proporcionar uma visão emancipadora em relação à realidade em que vivem, fazendo com que ingressem no mercado de trabalho com uma perspectiva crítica.

Palavras-chave: Juventudes. Educação de Jovens e Adultos. Trabalho.

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Educação da rede municipal de São Luís (MA). Supervisora Escolar da rede estadual do Maranhão. Endereço para correspondência: Rua do Retiro, s/n, bloco 05, apt.º 101, CEP 65067-380, São Luís (MA). E-mail: carol.coimbra@hotmail.com

** Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais. Endereço para correspondência: Rua Sempre Viva, n.º 195, CEP 65037-360, São Luís (MA). E-mail: f-chagas-silva@hotmail.com

YOUTH, EDUCATION AND WORK: REFLECTIONS ON CHALLENGES OF SCHOOLING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

ABSTRACT

This article proposes a reflection on youth, education and work and the challenges of schooling in Youth and Adult Education - YAE - (EJA, in Portuguese). This is on the assumption that education has not successfully prepared the young for the job market and for life, so as to allow students to understand their economic, political and social reality. The objective is to understand how the contact between youth, schooling and work occurs in the Brazilian reality, in view of the major demographic and educational aspects of the youth population in the country, and to identify the way the educational policies addressing YAE are implemented as well as the effects on meeting social demands and ensuring the right of access to education in this population segment. Currently, the problems faced by young people are closely related to the dynamics of capitalism, which pervade individualism, unfair competition and the requirements of production processes. Therefore, we seek to further identify the contradictions in the relationship between youth, education and work, in view of the advent of neoliberalism, which has altered the dynamics of work and the social relations of production, and situated education, in this context, as an ally of the relations of domination. For theoretical support we resorted to studies by authors who approached this topic, such as Abramovay, Andrade and Esteves (2007), Arroyo (2007), Carrano (2007) and Pais (1990). It was concluded that the YAE should be structured from the students' needs and provide a liberating vision of the reality in which they live, allowing them to join the labor market with a critical perspective.

Keywords: Youth. Youth and adult education. Work.

JUVENTUD, EDUCACIÓN Y TRABAJO: REFLEXIONES SOBRE LOS DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

RESUMEN

En este artículo se propone una reflexión sobre la juventud, la educación y el trabajo y los desafíos de la enseñanza en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Se parte del presupuesto de que la educación no ha preparado suficientemente los jóvenes para el mercado laboral y para la vida, de manera que los estudiantes comprendan su realidad económica, política y social. El objetivo es entender cómo se produce el contacto entre la juventud, la educación y el trabajo en la realidad brasileña bajo los principales aspectos demográficos y educativos de la población juvenil en el país e identificar el modo de objetivación de las políticas educacionales que se ocupan de la juventud y los adultos y los efectos que producen en el cuidado con las demandas sociales y garantizar el derecho de acceso a la educación de este grupo de la población. En la actualidad, los problemas que enfrentan los jóvenes

están estrechamente relacionados con la dinámica del capitalismo, que impregnan el individualismo, la competencia desleal y también los requisitos de los procesos de producción. Se busca, además, identificar las contradicciones en la relación entre juventud, educación y trabajo, en vista de la llegada del neoliberalismo, que ha alterado la dinámica de trabajo y las relaciones sociales de producción y ha puesto la educación, en este contexto, como una aliada de las relaciones de dominación. Para ello, se utilizan en el estudio bibliográfico algunos autores que discuten el tema como: Abramovay, Andrade y Esteves (2007), Arroyo (2007), Carrano (2007) y Pais (1990). Se concluye que la EJA debe estructurarse a partir de las necesidades de los estudiantes que de ella necesitan y proporcionarles una visión emancipadora de la realidad en la que viven, haciéndoles entrar en el mercado laboral con una perspectiva crítica.

Palabras clave: *Juventud. Educación de jóvenes y adultos. Trabajo.*

1 INTRODUÇÃO

A procura espontânea ou impositiva de jovens e adolescentes por matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido crescente. Com isso, o perfil do público dessa modalidade de ensino tem se alterado. Nota-se que esse novo público da EJA é repleto de jovens e adolescentes que buscam na escola oportunidades de estudo, qualificação para o trabalho e visam conquistar o direito a um futuro digno; possuem, porém, marcas de um processo de escolarização regular caracterizado por fracasso escolar, sucessivas repetências, problemas com indisciplina, entre outras situações que acabam por reconfigurar as turmas de EJA em um espaço de diversidades. Tal mudança nesse ambiente escolar tem gerado preocupação entre educadores, merecendo estudo mais detalhado para refletir sobre o tema.

Tais reflexões buscam compreender as repercussões da demanda pelo ensino noturno por parte desses estudantes, por possibilitar a conciliação entre trabalho e estudo. Eles buscam, por intermédio da escolarização, uma formação educacional que lhes permita estar em sintonia com as exigências apresentadas pelo mercado de trabalho, o que certamente daria ao ensino um significado e uma função social muito mais atrativa para os educandos. Ao não se depararem com um ambiente escolar que propicie a formação desejada, muitos jovens têm se desinteressado pela escola, o que ocasiona, por exemplo, a evasão e, ainda, o confronto entre as diversas “culturas juvenis” presentes no espaço educativo, gerando uma série de conflitos no espaço escolar.

Percebe-se ainda que quem não tem buscado essa qualificação para o trabalho por meio da educação retorna à escola visando à obtenção de uma certificação básica. Esse sujeito acredita que, com isso, estaria mais apto a ingressar no mercado de trabalho.

Este estudo tem como objetivo compreender como têm se dado as relações entre juventudes, escolarização e trabalho na realidade brasileira. Para tanto, consideram-se as principais características demográficas e escolares da população

jovem no país, identifica-se a forma de objetivação das políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos e procura-se entender os reflexos no atendimento das demandas sociais e na garantia do direito de acesso à escolarização a esse segmento populacional.

A metodologia que subsidia esta produção consiste em levantamento bibliográfico e documental sobre o tema proposto. Busca-se compreender as concepções recentes sobre juventudes, trabalho e educação como relações que se estabelecem na vida do jovem brasileiro, configurando-se como fatores de desenvolvimento dessa categoria etária diante das demandas contemporâneas de formação apresentadas pelas novas tecnologias de produção do mercado.

Reconhecendo o processo de escolarização e o fenômeno da juvenilização na EJA como uma das características dessa modalidade de ensino na atualidade, este estudo utiliza-se da metodologia histórico-dialética. Desse modo, em razão das especificidades da metodologia e da complexidade do objeto de pesquisa, utiliza-se como categorias metodológicas a práxis, a totalidade, a contradição, a mediação e o movimento, as quais serão evidenciadas ao longo do artigo. Ainda como pressuposto essencial ao tipo de análise pretendida por esta pesquisa, entende-se que o materialismo histórico-dialético se dá por meio de um processo pelo qual categorias, noções ou formas de consciência surgem umas das outras para compor totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas como um todo (BOTTOMORE, 1987 *apud* SANFELICE, 2008).

O estudo bibliográfico está subsidiado em autores que abordam a temática, tais como Abramovay, Andrade e Esteves (2007), Arroyo (2007), Carrano (2007) e Pais (1990). A pesquisa documental contempla leis, resoluções, decretos e pareceres, entre outros documentos legais que dispõem sobre a temática de estudo. Utilizam-se, ainda, os informes estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e pelas demais fontes que possibilitam conhecer a realidade da juventude brasileira e sua relação com a educação e o trabalho. Busca-se ainda identificar as contradições existentes na relação juventude, educação e trabalho, tendo em vista o advento do neoliberalismo, que alterou a dinâmica de trabalho e as relações sociais de produção, bem como inseriu a educação nesse contexto como aliada das relações de dominação.

Nota-se que, ao final do século XX, com o avanço cada vez mais acelerado do capitalismo em nível mundial por meio do neoliberalismo, no Brasil a EJA passa a representar para milhões de jovens uma oportunidade de atualização e/ou aquisição de novos conhecimentos, “reciclagem”. Essa modalidade começa a possibilitar, além de um processo de alfabetização ou escolarização, a formação de mão de obra básica a partir do ingresso em diversos programas que passaram a ser implementados pelo Governo Federal, aliando a educação básica à educação profissional, a exemplo do PROJOVEM¹ e do PROEJA².

Deste modo, fica evidente que a educação está submetida aos interesses do capital, e não o contrário, o que seria ideal quando se defende uma educação que

¹ Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

² Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

liberta e emancipa as classes populares (FREIRE, 1987). Porém, há uma distância muito grande entre os ideais e as práticas. A defesa de uma educação emancipadora não tem produzido resultados de fato impactantes na vida dos jovens brasileiros no que se relaciona à sua participação no mundo do trabalho.

2 AS JUVENTUDES: O JOVEM NA ATUALIDADE

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), o Brasil apresenta uma população de aproximadamente 50,5 milhões de pessoas, que se divide equitativamente entre homens e mulheres pertencentes ao segmento definido como juventude, com idades entre 15 e 29 anos, configurando uma significativa ampliação da população juvenil, que representa 25% da população total brasileira. Com essa representatividade, a juventude do país encontra-se envolvida em um número expressivo de questões sociais, culturais, educacionais e econômicas que têm merecido atenção em razão da complexidade de demandas apresentadas por essa categoria. Os jovens constituem um enorme desafio para o Estado brasileiro no que concerne à implantação de políticas públicas aptas a proporcionar um crescimento capaz de garantir uma vida digna a todos eles. Neste sentido, considerar hoje que a juventude é uma categoria sociocultural é dizer que ela vem sendo construída e reconstruída permanentemente, num processo contínuo de mudanças.

Dentre as diversas abordagens da concepção de juventude, destaca-se a de Pais (1990, p. 140):

[...] a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma “unidade social”, um grupo dotado de “interesses comuns” e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”. No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as diferenças sociais que entre eles existem.

A juventude não é uma essência em si mesma; é uma construção que se dá em diferentes tempos e lugares, de diferentes formas, pois nem todos os jovens de uma mesma faixa etária vivem o momento histórico do mesmo modo, nem se tornarão adultos no mesmo espaço de tempo. Tudo dependerá dos contextos sociais, geográficos e culturais específicos a que pertencem. Em virtude dessa realidade, é necessário considerar a existência de “juventudes”, no plural.

Pais (1990) indica a existência de duas tendências que exprimem concepções sobre juventude. A corrente geracional associa essa categoria da população a uma fase da vida, vivenciada por indivíduos que têm um conjunto de atividades em comum, o que é definido por uma faixa etária específica. Já na corrente classista, a juventude é tomada como um conjunto social diverso que varia de acordo com a classe social a que cada grupo de indivíduos pertence, havendo assim juventudes ou modos de ser jovem.

Camacho (2004) afirma que a noção de juventude é construída social e culturalmente, mudando conforme o contexto histórico, social, econômico e cultural do sujeito. Assim, a partir de estudos sobre a questão juvenil, compreende-se que a juventude não é um momento estanque, preciso, com uma só configuração. Apesar de entender que ser jovem apresenta suas especificidades, porquanto não existe uma única maneira de viver a juventude. Por isso, muitos pesquisadores chamam a atenção para a necessidade de trabalhar com a categoria “juventude” no plural – juventudes.

A ideia de juventude, geralmente, é associada a uma fase biológica da vida humana, a um período de transição entre a infância e a vida adulta. Entretanto, essa definição diz pouco sobre a pluralidade de experiências dos sujeitos jovens, pois, conforme Abramovay, Andrade e Esteves (2007), a realidade social tem evidenciado que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Desse modo, a juventude é uma construção social, ou seja, representa a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas com que se veem os jovens; produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc.

Brunel (2004, p. 11) registra também que estudar o fenômeno do rejuvenescimento, que começa a surgir no panorama brasileiro a partir dos anos 1990, é fundamental, uma vez que contempla uma categoria esquecida durante duas décadas no âmbito das pesquisas educacionais. Segundo a autora, os jovens foram silenciados ao final dos anos 1960, anos de ditadura, e começam, timidamente, a surgir nos debates e nas discussões nas décadas de 1980 e 1990.

Diante do exposto, entende-se que existem juventudes, e não juventude, pois as diferentes juventudes se caracterizam pela transitoriedade passível de modificações. Ao mesmo tempo em que são vistas como o “futuro da nação”, pois a elas são atribuídas responsabilidades com a economia do país, são vistas também como transgressoras da ordem estabelecida, visão esta imposta pelo conservadorismo do “mundo adulto”. São consideradas, além disso, ameaça social, quando associadas à criminalidade, como se o ser jovem implicasse diretamente no desvio e na transgressão, colocando a sociedade em risco. Essas concepções marcadas pelas contradições revelam o caráter conservador e equivocado dessas interpretações, que acabam colaborando para a estigmatização da fase juvenil e ampliam ainda mais os processos de exclusão social que ameaçam grandes contingentes de jovens do país.

São justamente esses jovens que recorrem à EJA. Para melhor compreendê-los em suas especificidades e pluralidades, é que se propõe refletir sobre como a juventude chega à Educação de Jovens e Adultos.

3 O JOVEM E O RETORNO À ESCOLA: SUA CRENÇA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As experiências de juventude que chegam à Educação de Jovens e Adultos com relação à escola têm sido marcadas pelas frustrações, tais como: problemas

de indisciplina, rotatividade, incompreensão, estigmatização, baixa autoestima pelo desempenho insatisfatório, convivência em turmas com maioria de crianças e pré-adolescentes. Esses são fatores que marcam suas trajetórias, suas memórias e suas sensibilidades de forma decisiva. Carrano (2007) assinala ainda que os jovens que chegam à escola são sujeitos com múltiplas trajetórias de experiências e vivências no mundo, marcados por seus ciclos de vida e relações sociais, não se comportando de forma neutra.

Para Haddad e Di Pierro (2000, p. 127), há uma diferenciação entre o público que é mais velho e busca a integração sociocultural e os jovens, que carregam consigo uma relação de tensão e conflito aprendida na experiência anterior. Constata-se que as turmas de EJA são marcadas pela heterogeneidade. Elas, ademais, apontam que o perfil dos estudantes vem assumindo uma nova identidade a partir do final do século XX.

As políticas educacionais recentes colocam o jovem no centro das atenções quando enfocam sua formação, seu lugar na sociedade e sua preparação para o trabalho, principalmente na última década. Com o discurso de garantia do direito do jovem a uma política educacional aliada à proposta de empregabilidade, grande parte das medidas tomadas teve o objetivo de favorecer o atendimento aos jovens em programas de educação a distância, formação profissional e empreendedorismo, sendo, portanto, dirigidos ao jovem trabalhador.

Os jovens, quando chegam à EJA, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com o histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Em decorrência desse perfil, é que se tem notado a presença de jovens cada vez mais novos na EJA. Tem sido comum que muitos deles se sintam perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego, à importância do estudo para sua vida e à necessidade do retorno à escola para sua inserção no mercado de trabalho.

Sabe-se que o processo de escolarização constitui, na atualidade, um espaço importante de sentido, que explicita, decisivamente, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam a juventude brasileira. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos, constituindo um local de dupla finalidade para os educandos. Nesse ambiente, é possível perceber as diversas juventudes construindo estratégias de escolarização, o que torna fundamental que se entenda e se repense a educação por meio do conhecimento de seus sujeitos (suas experiências e suas trajetórias), especialmente daqueles que o sistema educacional trata de forma bastante marginalizada.

A busca pela escola evidencia que os jovens estão cientes dos valores que regem a sociedade e de toda a estrutura de funcionamento voltada para o mercado. Vê-se hoje que, mesmo que a escolaridade não garanta a inserção no mercado de trabalho em postos mais elevados e socialmente mais valorizados, vivencia-se uma realidade imposta de exclusão ainda maior para quem não consegue, no mínimo, a conclusão do ensino fundamental. Desse modo, fica evidente que o jovem não pode usufruir a plenitude de seus direitos de cidadão, pois seu acesso aos bens culturais da sociedade letrada é bastante limitado.

São justamente esses jovens excluídos de um processo de escolarização de qualidade que compõem o conjunto de pessoas que, efetivamente, tem pressionado a economia para a criação de novos postos de trabalho, mesmo que precá-

rios, nesse cenário neoliberal. São ainda esses mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade, em decorrência de diversos fatores condicionados socialmente.

A educação, na perspectiva dessa parcela da população brasileira, representa uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, ou seja, a garantia das condições de empregabilidade, sendo esta intimamente relacionada a outros fatores que atribuem à educação uma série de conceitos valorativos, tal como expressa a teoria do capital humano. Na década de 1960, essa teoria preconizava lucros resultantes do investimento na autoeducação. Entendia-se que, quanto maior o nível de escolaridade, maior o retorno profissional, assim como, quanto menor a escolarização, maior o desemprego e as condições de miserabilidade.

Assim, a teoria do capital humano, moldada por uma educação segundo as regras do capital, pode ser compreendida como um dos fundamentos da desigualdade social em nosso país. Esse discurso neoliberal tem sido imperativo na sociedade e também tem sido propagado pelo Estado por meio de suas campanhas, veiculadas rotineiramente na mídia para legitimar essa concepção e, conseqüentemente, massificar esse entendimento. Sobre isso, Frigotto (1993, p. 44) compreende que “[...] a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros”.

Nesse sentido, a classe trabalhadora, que depende do ensino público para sua qualificação, além de não a obter, perde também a consciência mais ampla da cidadania, na medida em que é levada a confundir cidadania com escolarização. Assim, a educação pública tem promovido a formação de trabalhadores com pseudoqualificações, tendo como consequência sua inserção precária no universo do trabalho.

Dados de pesquisas divulgadas recentemente têm demonstrado que a participação dos jovens no mercado de trabalho é a menor desde o início deste século. Segundo a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), pouco menos de 16 milhões de brasileiros entre 18 e 24 anos estavam trabalhando ou procurando emprego em 2013, o equivalente a 70,4% da população dessa faixa etária. No que se refere aos grupos de idade, a taxa de participação dos adolescentes experimentou uma queda significativa, apenas 25% dos jovens de 15 a 17 anos estão trabalhando e procurando emprego no Brasil atualmente, o que contrasta fortemente com a taxa em torno de 48% relativa à década de 1990 (VENTURI; TORINI, 2014).

Ao se observar o conjunto da população juvenil brasileira em relação à sua condição de atividade, nota-se que ela está mais presente no mundo do trabalho, 65,7%, sendo que 53,9% trabalham e 11,8% procuram trabalho. É importante notar, igualmente, que 13,7% desses jovens, quase um quinto deles, vivem conjuntamente os dois mundos, escola e trabalho, e 5% procuram trabalho enquanto estudam. Os dados são semelhantes àqueles levantados pelo Censo 2010, os quais apontavam que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalhavam e 36% estudavam (VENTURI; TORINI, 2014).

Um dado que também tem crescido e chamado a atenção dos pesquisadores refere-se ao perfil de jovens brasileiros chamados “nem-nem”. De acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), em 2013, um em cada cinco jovens brasileiros (20,3%) não trabalhava, nem estudava. O perfil do chamado “nem-nem” mostra que ele tem, geralmente, escolaridade menor em relação aos outros jovens e que a maior parte dos representantes dessa “geração” está concentrada no Nordeste do Brasil.

Diante da baixa atratividade que a escola parece ter entre os jovens, a articulação entre educação e trabalho pode ser um dos nós mais importantes a serem desatados pelas políticas educacionais. Mais do que apenas formar jovens para o mercado, a educação dos jovens precisa contribuir para a construção de estratégias de inserção produtiva na reflexão sobre o mundo do trabalho e na construção de ideais de projetos de vida que incluam a projeção de uma carreira e também a continuidade dos estudos.

Faz-se necessária uma educação que permita aos sujeitos jovens ampliar seu universo de possibilidades de vida e que contribua para que sejam enfrentados os desafios que lhes são colocados pela sociedade de classes excludente na qual estão inseridos. Sem dúvida, ingressar no mundo do trabalho é um dos mais importantes desafios nessa fase da vida.

Com base nas reflexões e nos dados destacados ao longo deste texto, pode-se inferir que, no contexto atual, o grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas é garantir a escolarização dos jovens, já que sua formação passou a ser o centro das preocupações, juntamente com seu lugar na sociedade e sua preparação para o trabalho, principalmente na última década. As proposições apresentadas pelo Estado brasileiro estão subsidiadas no discurso da garantia do direito do jovem a uma política educacional alicerçada na proposta de empregabilidade. Grande parte das medidas tomadas tem como objetivo favorecer o atendimento à juventude por meio de programas de educação a distância, formação profissional e empreendedorismo dirigidos ao jovem trabalhador.

Nota-se que essas iniciativas em nada possibilitam aos jovens uma formação crítica, reflexiva, emancipadora, que permita a inquietação necessária para questionar o processo de exclusão social ao qual estão submetidos. Elas criam meramente a ilusão de que atendem as condições de empregabilidade e de permanência no mercado de trabalho, garantindo assim aos jovens sua sobrevivência.

Na contramão desse processo, é preciso reconhecer a EJA como direito. Para tanto, faz-se necessário compreender seu campo de lutas e suas conquistas históricas, como o direito à educação, visando à promoção e à dignidade humana. É nesse contexto que educar não se reduz a escolarizar, muito menos a apenas preparar mão de obra para o mercado, uma vez que, por meio da educação, espera-se garantir a formação de cidadãos críticos e participativos na tomada de decisões que afetam a vida da sociedade. Essa função se constitui como mais um desafio a ser enfrentado pelas políticas educacionais e por essa modalidade de ensino, no sentido de organizar um percurso educativo com a adoção de estratégias capazes de contribuir para a emancipação dos sujeitos nela envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo sintético, aborda-se, neste estudo, o complexo emaranhado que permeia as relações entre juventudes, educação e trabalho. O estudo nos permite

inferir que os jovens têm buscado na escola uma possibilidade de qualificação que contribua para sua inserção e sua permanência no mercado de trabalho. Entretanto, ao longo de seu percurso formativo, chegam à conclusão de ter conseguido apenas uma certificação, pois têm sido levados a crer que, com mais escolarização, terão mais condições de empregabilidade. Nesse sentido, reafirma-se o entendimento de que, na atualidade, a escola tem se voltado apenas para a preparação precária dos sujeitos para o mercado, ou seja, para o atendimento da lógica do capital, deixando de cumprir com sua finalidade social, que seria a de preparar para o ingresso no mundo do trabalho, para a vida, em uma perspectiva crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

ARROYO, Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: <http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

BRUNEL, Carmen. *Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. *Revista Perspectiva do Centro de Ciências de Educação*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 325-341, jul./dez. 2004.

CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-11, 2007. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude_-_carrano.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HADDAD, S.; DI PIERRO, Maria C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio-ago. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014*. Rio de Janeiro, 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em:

<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/A_construcao_sociologica_da_juventude_0.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008. p. 71-94.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. *Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2014.